

Processo Administrativo nº 13/2019
Dispensa de licitação nº 012/2019

CONTRATO Nº 008/2019

A **AGÊNCIA PARANÁ DE DESENVOLVIMENTO**, com sede na Avenida João Gualberto, nº 1.259, 21º andar, CEP: 80.030-001, Bairro: Juvevê, no Município de Curitiba/PR, inscrito no CNPJ nº 17.269.926/0001-80, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor Presidente, Diretor Presidente, JOSÉ EDUARDO BEKIN, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 47.798.357-7 e CPF sob nº 099.429.538-33, residente e domiciliado nesta Capital, e a empresa **TELEFÔNICA BRASIL S.A.**, com Sede na Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1.376 na cidade de São Paulo/SP, CNPJ 02.558.157/0001-62, a seguir denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seus Procuradores, Srs. CLAITON MERG CARVALHO, CPF nº 404.943.900-00, e LUIS AUGUSTO SANDER, CPF nº 587.739.750-87, tem entre si justos e contratados os serviços em epígrafe, **com fundamento nos artigos 24, inciso II, da Lei 8.666/93 c/c 34, inciso II da Lei Estadual 15.608/07**, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas, sob o regime instituído pela Lei nº 8.666/93 e pela Lei Estadual 15.608/07, com todas as suas alterações posteriores e demais legislações específicas e pertinentes à matéria e estabelecidas pela ANATEL, e demais normas que regem a espécie, bem como as cláusulas abaixo discriminadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa para a prestação de Serviço de Telefonia Móvel Pessoal - SMP, por meio da tecnologia 4G, pelo sistema digital pós-pago, mediante o fornecimento de acessos móveis, com a disponibilização das estações móveis (aparelhos) em regime de comodato, oferecendo o serviço de ligações, de serviços de mensagens de texto e pacote de dados para acesso à internet, serviços de intragrupo, bem como ferramenta de gestão, com tecnologia digital GSM, serviços do tipo pós-pago, cobertura de sinal em todo o território nacional, própria ou por meio de *roaming*, conforme especificações técnicas previstas no Anexo I.

PARÁGRAFO ÚNICO - Faz parte integrante do presente Contrato, independente da transcrição, a Proposta de Preços da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADE DAS PARTES

2.1. São direitos da Contratante:



2.1.1. Receber os serviços objeto do presente Contrato nos termos e condições pactuados;

2.1.2. Alterar unilateralmente o Contrato, nos casos previstos no art. 65, inciso I, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.666/93 c/c artigo 112, §1º, incisos I a IV, da Lei Estadual 15.608/07 ou rescindi-lo administrativamente em caso de inexecução total ou parcial das cláusulas pactuadas, de acordo com o artigos 79, §1º, da Lei 8.666/93 c/c artigo 128 da Lei Estadual 15.608/07;

2.1.3. Receber demonstrativo de conta detalhada dos serviços, após a emissão da Nota Fiscal/Fatura de Serviços de Telecomunicações, por linha;

2.1.3.1. Havendo contestação da conta de serviços, suspender a cobrança da parcela impugnada e pagar a parte incontroversa.

2.2. São direitos da Contratada:

2.2.1. Receber a remuneração dos serviços prestados, pelo preço e condições constantes das Cláusulas Terceira e Quarta;

2.3. São deveres da Contratante:

2.3.1. Cumprir os prazos de pagamento estipulado neste instrumento e na legislação;

2.3.2. Acompanhar a execução dos serviços objeto do contrato por meio de fiscal nomeado para este fim e indicado pela **AGÊNCIA PARANÁ DE DESENVOLVIMENTO**, assegurando-se do bom desempenho e qualidade dos serviços prestados;

2.3.3. Fiscalizar a execução dos serviços prestados pela Contratada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela **AGÊNCIA PARANÁ DE DESENVOLVIMENTO**, não devem ser interrompidos;

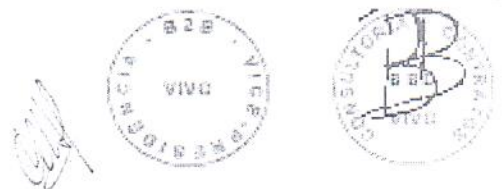
2.3.4. Comunicar à Contratada, o mais prontamente possível, qualquer anormalidade observada na prestação dos serviços;

2.3.5. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do serviço desejado;

2.3.6. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários que venham ser solicitados pela Contratada, durante a vigência e execução dos serviços;

2.3.7. Controlar as ligações realizadas e documentar as ocorrências havidas;

2.3.8. Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação dos preços vigentes, na data da emissão das contas telefônicas;



2.3.9. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para execução de serviços referentes ao objeto, quando necessário;

2.3.10. Emitir, por intermédio da **AGÊNCIA PARANÁ DE DESENVOLVIMENTO**, pareceres em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços, à exigência de condições estabelecidas neste Contrato e na proposta de aplicação de sanções;

2.4. São deveres da Contratada:

Além das responsabilidades resultantes deste Contrato, da Lei nº 9.472/1997, do Contrato de concessão/autorização assinado com a ANATEL, e demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem prestados:

2.4.1. Disponibilizar os Serviços para uso pela Contratante dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas e do prazo pactuado neste Contrato, implantando de forma adequada, a supervisão permanente dos mesmos, de modo a obter uma operação correta e eficaz;

2.4.1.1. Entregar os equipamentos na Avenida João Gualberto nº 1.259, CEP: 80.030-001, Bairro: Juvevê, Curitiba/PR, devidamente habilitados nas seguintes condições:

a) A habilitação das 04 (quatro) linhas deverá ser executada em sim card's (chips) da empresa contratada, que deverão ser entregues à **AGÊNCIA PARANÁ DE DESENVOLVIMENTO**, em no máximo 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato;

b) Os Sim Card's (chips), serão fornecidos pela empresa contratada, em regime de comodato, e serão devolvidos ao final da vigência contratual, no estado em que se encontrarem.

2.4.2. Prestar os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo a qualidade dos mesmos dentro dos padrões estabelecidos.

2.4.2.1. Prestar os serviços de segunda-feira a domingo, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana.

2.4.3. Atender em até 48 (quarenta e oito) horas às solicitações da fiscalização da **AGÊNCIA PARANÁ DE DESENVOLVIMENTO**, quanto a falhas ou interrupções na prestação dos contratados, restabelecendo o serviço no prazo máximo estabelecido em regulamento pela ANATEL;

2.4.4. Tomar todas as providências necessárias para a fiel execução deste Instrumento, devendo as falhas que porventura venham a ocorrer serem sanadas em até 48 (quarenta e oito) horas;

2.4.5. Utilizar pessoal devidamente habilitado para os serviços contratados;



- 2.4.6. Responsabilizar-se por danos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;
- 2.4.7. Abster-se de quaisquer iniciativas que impliquem ônus para a Contratante, se não previstas neste Instrumento;
- 2.4.8. Sujeitar-se a ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante, no acompanhamento da execução do serviço, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 2.4.9. Colocar à disposição da **AGÊNCIA PARANÁ DE DESENVOLVIMENTO**, serviço de atendimento a clientes corporativos, indicando consultores e número de telefone diferenciado;
- 2.4.10. Comunicar à **AGÊNCIA PARANÁ DE DESENVOLVIMENTO**, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- 2.4.11. Providenciar junto aos órgãos competentes os registros e licenciamentos regulamentares e pertinentes aos serviços de que trata o presente contrato;
- 2.4.12. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimento dos deveres de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL;
- 2.4.13. Apresentar fatura/nota fiscal consolidada de cobrança de serviços, contendo o valor total do serviço, a quantidade total do serviço, o tempo total das chamadas, o histórico dos valores totais dos serviços prestados, e o tempo total das chamadas relativas a cada mês;
- 2.4.13.1. A referida fatura/nota fiscal deverá ser apresentada com um prazo não inferior a 5 (cinco) dias antecedente à data do vencimento;
- 2.4.13.2. Apresentar detalhamento, por acesso, dos serviços mensais prestados em todas as chamadas;
- 2.4.14. Comunicar à **AGÊNCIA PARANÁ DE DESENVOLVIMENTO**, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar informações julgadas necessárias, em tempo hábil, principalmente quando solicitadas pelo Gestor do Contrato.
- 2.4.15. Atender prontamente quaisquer exigências do Gestor deste Contrato, o que for relacionado ao objeto ora contratado;
- 2.4.16. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte, e outras que eventualmente venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;



2.4.17. Substituir, sempre que exigido pela Contratante, qualquer um de seus empregados em serviço, cuja atuação, permanência ou comportamento forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à execução dos serviços;

2.4.18. Não ceder ou transferir a outrem por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, nem subcontratar, os serviços a que está obrigada por força do Contrato, salvo se previamente autorizado pela Administração da Contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços efetivamente utilizados, conforme os valores discriminados na Proposta de Preços relativa ao objeto do contrato, sendo o valor estimado em R\$12.696,00 (doze mil seiscentos e noventa e seis reais), para o período de 12 (doze) meses.

CLAUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

O pagamento mensal dos serviços será efetuado mediante boleto bancário/fatura, com vencimento no dia 28 de cada mês. A fatura/boleto para pagamento deve ser enviada em até dez dias antes da data do vencimento.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

5.1. O preço proposto não será reajustado durante o período de 12 (doze) meses, na forma do §1º do art. 28, da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995. Poderá ser alterado após esse período mediante índice divulgado pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, em norma específica para o serviço, observada a legislação em vigor.

5.2. O reajuste de que trata o item anterior, poderá ser aplicado com periodicidade inferior, se assim vier a ser autorizado de acordo com o § 5º do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995 e/ou artigo 19, VII, da Lei nº 9.472/97, que estabelece a competência da ANATEL sobre a revisão de tarifas dos serviços no regime público bem como homologação de reajustes.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor referente à essa contratação será suportado pela contraprestação ao Contrato de Gestão nº 003/2016 celebrado entre a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD, criada pela lei 17016/2011, e a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO



Handwritten signatures and initials

O contrato será gerido por Paulo Alexandre Morva Martins, Gerente Administrativo e Financeiro, e fiscalizado por Lorena Menetrier.

Será observado o que segue:

- a) o representante do CONTRATANTE anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, inclusive a observância do prazo de vigência do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- b) as decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes;
- c) a existência da fiscalização do CONTRATANTE de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da CONTRATADA na prestação dos serviços a serem executados;
- d) o CONTRATANTE poderá exigir o afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que venha causar embaraço à fiscalização ou que adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1- Pela inexecução total ou parcial do objeto do presente Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa de 1% (um por cento) ao dia, aplicável até o quinto dia, calculado sobre o valor faturado no mês anterior, no caso de inexecução parcial, comunicada oficialmente;

III - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global deste Contrato a partir do 6º dia, no caso de inexecução parcial ou total dos serviços, o que ensejará a rescisão deste Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 c/c Lei Estadual 15.608/07;

IV - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior há dois anos;

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;



8.2 - As multas aplicadas à CONTRATADA deverão ser recolhidas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da comunicação, ou poderão ser descontadas pela CONTRATANTE dos valores das faturas.

8.3 - Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades previstas nesta cláusula.

8.4 - As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa.

8.5 - Da sanção aplicada caberá recurso, dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que aplicou a sanção, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação do ato, nos termos do inciso IX, do artigo 162 da Lei Estadual 15.608/07.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

9.2 Constituem motivos para rescisão do Contrato:

- a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos;
- b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações e prazos;
- c) a lentidão no cumprimento das cláusulas contratuais, levando a CONTRATANTE, a presumir a impossibilidade da realização do serviço, nos prazos estipulados;
- d) o atraso injustificado no início do serviço;
- e) a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- f) a subcontratação total ou parcial do objeto do Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação que afetem a boa execução deste, sem prévio conhecimento e autorização da CONTRATANTE;
- g) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução assim como as de seus superiores;
- h) o cometimento reiterado de faltas registradas pela CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;
- i) a decretação de falência;



j) a dissolução da firma contratada;

k) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;

l) razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da CONTRATANTE, e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;

m) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

n) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes de serviço, ou parcela deste, já executados e aceitos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

o) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - A rescisão do Contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nas alíneas "a" a "l" e "o" desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, tendo validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no Órgão Oficial designado, no prazo máximo de vinte dias, da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO



Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 c/c artigo 112, §1º, incisos I a IV, da Lei Estadual 15.608/07, sempre por intermédio de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

O Foro competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento contratual é o da Comarca de Curitiba/PR.

E por estarem as Partes Contratantes assim justas e acordadas, lavrou-se o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, forma e validade que, lido e achado conforme, é assinado pelas mesmas e pelas testemunhas presentes.

Curitiba/PR, 29 de julho de 2019.

AGÊNCIA PARANÁ DE DESENVOLVIMENTO
José Eduardo Bekin – Diretor Presidente
CONTRATANTE

TELEFÔNICA BRASIL S/A.
CLAITON MERG CARVALHO
CONTRATADA

TELEFÔNICA BRASIL S/A.
LUIS AUGUSTO SANDER
CONTRATADA

TESTEMUNHA:

Nome: Melina de Cassia Pereira
RG: 8.78.7776-0

TESTEMUNHA:

Nome: MAUREEN PACIONI K LONDER BASSO
RG: 63676618



ANEXO I - DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

1 – Contratação de empresa especializada em telecomunicações, que possua outorga da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, para prestação de serviços de telefonia móvel, por meio da tecnologia 4G pelo sistema pós-pago, mediante o fornecimento de acessos móveis, com a disponibilização das estações móveis (aparelhos) em regime de comodato, oferecendo o serviço de ligações, de serviços de mensagens de texto e pacote de dados para acesso à internet, bem como ferramenta de gestão, cobertura de sinal em todo o território nacional, própria ou por meio de *roaming*, conforme especificações técnicas contidas abaixo:

Item	Tipo de ligação	Qtde mensal	Unidade	Vlr unitário	Vlr mensal	Vlr anual
1	Assinatura mensal	5	Serviço	R\$ 10,00	R\$ 50,00	R\$ 600,00
2	Tarifa Zero Intra Grupo	5	Serviço	R\$ 5,00	R\$ 25,00	R\$ 300,00
3	Software e/ou gestão de linhas	5	Serviço	R\$ -	R\$ -	R\$ -
4	VC1 - móvel - móvel na mesma operadora	260	Minutos	R\$ 0,15	R\$ 39,00	R\$ 468,00
5	VC1 - móvel - móvel para outra operadora	260	Minutos	R\$ 0,15	R\$ 39,00	R\$ 468,00
6	VC1 - móvel - Fixo	260	Minutos	R\$ 0,15	R\$ 39,00	R\$ 468,00
7	VC2 - móvel - móvel na mesma operadora	130	Minutos	R\$ 0,18	R\$ 23,40	R\$ 280,80
8	VC2 - móvel - móvel para outra operadora	130	Minutos	R\$ 0,90	R\$ 117,00	R\$ 1.404,00
9	VC2 - móvel - Fixo	130	Minutos	R\$ 0,50	R\$ 65,00	R\$ 780,00
10	VC3 - móvel - móvel na mesma operadora	130	Minutos	R\$ 0,18	R\$ 23,40	R\$ 280,80
11	VC3 - móvel - móvel para outra operadora	130	Minutos	R\$ 0,90	R\$ 117,00	R\$ 1.404,00
12	VC3 - móvel - Fixo	130	Minutos	R\$ 0,50	R\$ 65,00	R\$ 780,00
13	Acesso Correio de voz	15	Serviço	R\$ 0,18	R\$ 2,70	R\$ 32,40
14	SMS - mensagens enviadas via celular	15	Serviço	R\$ 0,20	R\$ 3,00	R\$ 36,00
15	Pacote Internet 10 GB - 4G MAX	4	Serviço	R\$ 89,90	R\$ 359,60	R\$ 4.315,20




16	Plano de dados 10GB - PEN MODEM	1	Serviço	R\$ 89,90	R\$ 89,90	R\$ 1.078,80
					R\$ 1.058,00	R\$ 12.696,00

Obs: Deve ser concedida portabilidade imediata dos números das linhas que já estão sendo utilizadas pelos colaboradores da Agência Paraná de Desenvolvimento.

2 - Especificação técnica mínima dos 04 aparelhos celulares (em regime de comodato, ou caso, não seja possível, mediante aquisição dos aparelhos):

- a) Processador: 1.4 GHz Octa-Core/Similar ou superior;
- b) Tela: 5.5" ou superior; touch screen;
- c) Memória RAM: 4 GB ou superior;
- d) Memória total interna: 32 GB ou superior;
- e) Memória disponível: 24.6 GB ou superior;
- f) Suporte ao cartão de memória MicroSD: até 256GB
- g) Sistema Operacional Android/iOS;

3 - Orçamento deverá obrigatoriamente conter:

- a) Razão Social;
- b) Número do CNPJ;
- c) Responsável pelo contrato;
- d) Endereço Completo;
- e) Número de Telefone;
- f) Descrição dos Serviços/Produtos; e
- g) Preço unitário e total (quando for o caso).

4 - No momento da contratação a empresa deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Contrato social ou estatuto da pessoa jurídica (documento autenticado);
- b) Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Física e Jurídica;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal;
- e) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal;
- f) Prova de Regularidade com FGTS;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- h) Balanço patrimonial atualizado da pessoa jurídica (documento autenticado).

5 - Condições gerais do contrato

- a) O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses.
- b) A contratada deverá entregar os aparelhos, devidamente habilitados e em funcionamento, na Agência Paraná de Desenvolvimento, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

c) O pagamento mensal dos serviços será efetuado mediante boleto bancário/fatura, a qual deve ser enviada em até dez dias antes da data de vencimento.

d) O preço proposto não será reajustado durante o período de vigência do contrato, nos termos do art. 28, §1º, da Lei nº. 9.069/1995.

e) O valor da contratação será suportado pela contraprestação ao Contrato de Gestão nº. 003/25016 celebrado entre a Agência Paraná de Desenvolvimento - APD, criada pela Lei 17.016/2011, e a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL.

